



FRATURA SUBCONDILAR: DECISÃO DE NÃO REINTERVENÇÃO BASEADA EM CRITÉRIOS FUNCIONAIS

Arthur Von Muller Zugel¹, Bruna Brunetto², Isadora Just do nascimento³, Ferdinando de Conto²

1- Universidade de Passo Fundo

2- Hospital São Vicente de Paulo PF/RS

3- Pontificia Universidade Católica RS

INTRODUÇÃO:

As fraturas do côndilo mandibular representam um desafio terapêutico, sendo necessária a conduta individualizada, especialmente em casos com grande deslocamento.





Tomografia pré operatória

DESCRIÇÃO DO CASO:

Paciente masculino, 20 anos, vítima de queda de bicicleta, chega ao pronto socorro com laceração no mento, mordida aberta posterior à direita e equimose sublingual. Tomografia computadorizada revelou fratura condilar deslocada 90° medialmente e fratura incompleta de sínfise mandibular. A sínfise foi abordada pela laceração e fixada, e o côndilo foi reduzido via acesso retromandibular e fixado. TC pósoperatória evidenciou redução e fixação adequadas. O paciente evoluiu sem queixas sendo submetido a um esquema híbrido de bloqueio maxilomandibular com 4 parafusos e elásticos.

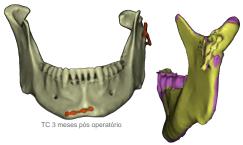




TC pós operatória imediata

Após 3 meses, a TC mostrou leve deslocamento medial do côndilo e desvio do material de fixação, o paciente permanecia assintomático, com abertura de 50 mm e oclusão preservada.

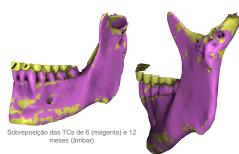
Optou-se por aguardar a TC de 6 meses, que confirmou consolidação da fratura e ausência de deslocamento ósseo ou do material de fixação, em conjunto com preservação da oclusão dentária.



Sobreposição das TCs de 3 (magenta) e 6 meses (âmbar)

DISCUSSÃO E COMENTÁRIOS FINAIS:

A abordagem cirúrgica do caso priorizou um acesso minimamente invasivo, o que permitiu preservação do nervo facial, menor tempo de recuperação e uma cicatriz discreta. Um aspecto fundamental foi a decisão de não reintervenção cirúrgica, mesmo diante de um deslocamento evidenciado na TC, essa conduta foi baseada na função mandibular plena, ausência de queixas e estabilidade oclusal, fatores que indicam a adaptação funcional, mesmo diante de uma alteração morfológica.



Este caso ilustra como a individualização da conduta, fundamentada em critérios clínicos e funcionais, pode evitar cirurgias desnecessárias, especialmente em traumas faciais no qual a função foi planamente restabelecida.